

“É Preciso formar a alma!”

Periodismo e regeneração social em Belém na belle époque (1890-1910)

Letícia Souto Pantoja – Mestranda em História Social, pela PUC/SP

É importante primeiramente compreender o significado histórico do termo imprensa que será usualmente utilizado e o papel assumido pelos discursos elaborados pelos sujeitos sociais que atuavam nesse meio, no sentido de pensar e agir sobre a cidade de Belém e seus habitantes com vistas a remodelar hábitos e valores, que consideravam ser indispensáveis para o progresso do Estado. A partir dessa abordagem, então, passaremos a entender de modo mais significativo o lugar social ocupado pelos cortiços e respectivos moradores com seus modos de viver, no seio de uma cidade –Belém- que atravessou uma época de efeméride em que discursos ambivalentes de modernidade, ordem e civilidade, conflitavam com as condições materiais de vida e valores culturais da maior parte de seus munícipes.

A imprensa de Belém:

Por imprensa, nos referimos a um grupo numericamente restrito de pessoas, portadoras de uma educação letrada, encarregadas da produção do discurso jornalístico da cidade, no final do século XIX e primeira década do século XX. Trata-se, portanto, de um pequeno segmento social dentre os demais habitantes da capital do estado, que era responsável pela veiculação dos periódicos que noticiavam os fatos e eventos do cotidiano municipal, julgados relevantes política ou comercialmente, por esses sujeitos.

Aspecto extremamente importante na caracterização dessa imprensa local diz respeito à apreciação das particularidades da composição dos quadros de editores, repórteres, gerentes e proprietários dos jornais circulantes. Os detalhes pessoais e profissionais que cercavam a atuação desses elementos interferiu sobremaneira no teor dos discursos produzidos nos jornais, orientando não só o enfoque das narrativas jornalísticas, como também, a própria postura política que os participantes dos periódicos assumiram diante dos fatos que noticiavam e das descrições que faziam a respeito das pessoas que eram objetos das matérias publicadas.

Nesse sentido, devemos considerar que os jornais belemitas eram acima de tudo, órgãos de difusão dos ideais políticos e partidários dos grupos que disputavam o poder local. Daí, a razão da contradição que notamos entre as afirmações feitas por chefes de redação e/ou proprietários que definiam as publicações como comerciais e noticiosas, em relação ao efetivo teor das notícias veiculadas e das linhas editoriais assumidas pelos periódicos; as quais revelam que tais documentos eram veículos de difusão dos projetos políticos de grupos institucionalizados que procuravam captar cada vez mais adeptos para as suas causas. Bons exemplos dessa característica podem ser observados nas trajetórias percorridas pelos jornais “O Pará” e o “Diário de Notícias”.

O periódico “O Pará” teve uma vida curta; circulou na cidade entre os anos de 1897 a 1900; era um jornal vespertino e diário, de propriedade duma associação que se intitulava representante dos ideais do Partido Republicano Paraense, contrária aos positivistas ortodoxos, ao militarismo e defensora do federalismo. Afirmava-se, todavia, como um órgão não só político, mas literário, comercial e noticioso.

A característica mais marcante desse jornal foi o teor essencialmente político da publicação, o qual pode ser percebido pelo conteúdo de suas matérias e pela própria organização estrutural do mesmo, que concede as primeiras páginas para as matérias de cunho político e registro das atas do Conselho Municipal, Assembléia Legislativa Estadual e Senado Federal (sem que para isso recebesse verbas), deixando as folhas finais para os demais assuntos.¹

De modo geral, quem escreve no jornal são membros e simpatizantes do citado P.R.P. ligado ideologicamente à *Benjamin Constant* e por isso, defensor de um projeto político para o país e para o estado baseado na centralização administrativa. Os redatores falam em nome do partido e mais que isso, colocam-se como arautos dos ideais do PRN no estado do Pará. Por isso, se atribuem a posição de condutores da política estadual por terem os melhores e os mais eficientes projetos, os quais teriam –efetivamente- condições de serem implantados, posto que estavam baseados na concretude de suas ações e não em meros sonhos que não reconheciam as contingências e os jogos políticos que interferem na vida pública.

Assim, “O Pará” é um veículo que não fala para os pobres, mas se dirige àqueles que tem certa posição/status na sociedade local e, principalmente, aqueles que estão inseridos formalmente nos quadros burocráticos da administração municipal.

Em harmonia com seu projeto político, “O Pará” faz poucas referências a outros segmentos sociais da cidade, a saber: aqueles que estão fora dos quadros da administração pública ou não pertencem as camadas sociais que partilham os mesmos valores políticos e morais dos interlocutores do periódico -trabalhadores pobres, moradores de barracas e cortiços, imigrantes, e ainda, aqueles chamados de “desocupados”, “mulheres desregradas”, “larápios”, interioranos, etc-. Esses outros indivíduos e seus modos de viver na cidade apareciam no jornal de forma indireta e em artigos onde o articulista não dialogava com os mesmos, mas se referia a eles, mencionando-os como problemas sociais a serem resolvidos; ou seja, não era o pobre ou a messalina que narravam um fato vivido em uma rua da capital, mas o redator que tomando conhecimento do evento recontava o fato com as cores e sentidos que considerava mais adequados para descrever o ocorrido.

Em outra posição encontrava-se o “Diário de Notícias”, que foi um periódico diário e matutino, circulante no Estado durante mais de dez anos (1880 a 1898), sendo fundado por uma associação que inicialmente se auto classificava como imparcial e independente, mas que no dia 16 de janeiro de 1895 publicou na primeira página do periódico o seguinte esclarecimento: “o “*Diário*

de Notícias” passa hoje a ser “Órgão do Partido Republicano Democrata, propriedade de uma empresa, tendo como redator chefe Felipe José de Lima.”

Ardoroso crítico da situação em que se encontrava o Estado e a capital –Belém- desde a proclamação da república, esse periódico costumava tecer inúmeras alusões aos tempos da monarquia, reconhecendo no mesmo uma época em que a centralidade do governo impunha um autoritarismo necessário para refrear os ímpetos da população e a imoralidade social. Nesse sentido, é interessante analisar uma declaração feita por certo redator do “Diário” em 01 de janeiro de 1897, na qual afirmou:

“Deixa hoje o Diário de Notícias de ser órgão especial do Partido Democrata federal, continuando, porém, a defender as mesmas idéias. As colunas deste órgão que tem sido sempre popular, nunca estarão fechadas para os que tiverem fome e sede de justiça. Continuará a ser o terror dos ladrões de casaca, a defender os interesses da comunhão paraense, a reverberar os escândalos sem cuidar os nomes dos que os praticam. Envidará para que de novo vingue a moralidade na vida política e civil. (...) São nossos anelos que o novo ano que acaba de despontar no horizonte da pátria possa influir beneficentemente, trazendo a regeneração moral, política e social; e que os discípulos do dever, que teem escandalizado a sociedade, sejam punidos com todo o rigor da lei, não importando se ocupam altas ou baixas posições no meio social, em que vivemos.(...)”²

Vemos, desse modo, que uma das principais bandeiras levantadas por esse jornal -que contava com a colaboração de inúmeros conselheiros de estado, militares, médicos e abastados comerciantes locais- era a “*luta pela moralização dos costumes*”, a qual perpassava a construção de discursos em favor do remodelamento urbano, higienização dos espaços de habitação e disciplinamento dos costumes das camadas letradas.³ As próprias formas e entonações utilizadas nos textos que se referiam aos pobres, imigrantes, desocupados, prostitutas e mendigos, revelam como essas narrativas eram permeadas pelo deboche, crítica, repulsa ao modo de viver desses sujeitos. Tal estruturação do discurso nos aponta uma estratégia de combate às práticas sociais desses indivíduos.

Sob essa perspectiva, os articulistas do “Diário de Notícias” faziam questão de utilizar denominações, apelidos e nomenclaturas que desqualifiquem esses indivíduos classificados como não letrados; numa espécie de tentativa de deslegitimar seu direito à cidade; como bem podemos observar numa nota publicada em 16 de janeiro de 1894:

“**Ciúmes** - Sábado último, em plena tarde, à travessa 1º de março, foi o ponto de uma cena entre duas mulheres da *vida alegre*. **Uma tal de A. Vidal, de temperamento bilioso**, estando **atacada de um devorador ciúme**, resolveu liquidar contas com a causadora de seu mal. Armou-se de um revólver, cacete, martelo e uma machadinha com muita coragem, dirigiu-se à casa de sua **caprichosa rival — Rosinha Xuminga**, a dita travessa. Aí chegada, entrou, chamou a dona da casa, e lhe disse: Você sabe que tudo isto me pertence, e portanto vou liquidar tudo, e lançando mão dos instrumentos que levava, quebrou tudo, mas tudo mesmo, até o **simpático rosto da Rosinha almiscarada**. Saindo, disse: tudo isto era meu, e fique sabendo que o seu... aquele também é meu. Em seguida apareceu o senhor capitão Marinho muito cansado, que informado do fato procedeu ao corpo de delito. Seu Marinho, mande **estas bixinhas** para os batalhões patrióticos, que não será mais incomodado.”⁴

Depreendemos do texto, que para os gestores do “Diário de Notícias” as práticas de vida dos autores do fato noticiado, seus temperamentos, formas de resolução dos conflitos, valores

morais e teias de relacionamento, ameaçavam a ordem urbana e comprometiam a imagem que os jornalistas tentavam construir para a cidade de Belém, qual seja, a de ser uma capital ordeira, progressiva e moderna.

Vinculada a essa postura política dos periódicos temos, ainda, o fato de que os indivíduos atuantes nos jornais locais, na grande maioria das vezes, não eram “jornalistas profissionais”, tão pouco intelectuais e/ou literatos de formação acadêmica que sobreviviam apenas dos ganhos obtidos com a venda de matérias para os periódicos. Na verdade, o conteúdo das crônicas e notícias publicadas pelos jornais belemitas no final do século XIX, revela uma atuação profissional que mescla uma dimensão ideológica –privilegiadora do caráter vocacional da atuação– com uma dimensão técnica e impessoal.

Observe-se que ambas dimensões se alternavam na confecção do perfil do típico jornalista belemitense, o qual não conseguia ver o exercício profissional dissociado da prática política de intervenção sobre a cidade e seus moradores. Na perspectiva desses indivíduos, o jornal constituía um dos espaços de seu campo de batalha cotidiano em prol da “regeneração” da sociedade, onde lhes cabia a missão de denunciar aqueles eventos que julgavam incompatíveis com o progresso citadino, cooptar adeptos e colaboradores para a sua causa, convencer sobre a viabilidade de seus projetos e sobre os significados de suas crenças políticas.

Daí, consideradas essas peculiaridades, torna-se mais fácil compreender as formas narrativas incorporadas ao discurso impreso local, que como vimos, comumente recorria à linguagem emotiva, à escrita passional e adjetivação moral dos sujeitos descritos; sempre com a finalidade de deixar claro a posição que o subscritante da matéria assumia diante do fato anunciado e comentado. Por isso também, acreditamos que ao leitor –direito ou indireto– dos jornais belemitas era facilmente possível identificar a opinião que o órgão nutria sobre este ou aquele assunto. E muito embora isso não significasse um conhecimento pleno das concepções doutrinárias e políticas dos donos dos periódicos, essa percepção genérica da posição assumida pelo jornalista frente aos acontecimentos que noticiava, permitia ao público formar opinião sobre o jornal e os projetos que anunciavam, levando a adesão, concordância, discordância ou enfrentamento dos mesmos.

Os discursos da imprensa acerca da cidade e sobre os moradores de cortiços:

Isto posto, passamos a inventariar quais eram os principais aspectos inerentes aos discursos veiculados pela imprensa de Belém acerca da vivência urbana; e ainda, quais eram as condutas que esse corpo de jornalistas consideravam aceitáveis ou reprováveis de serem tomadas pelos habitantes da cidade, especialmente, por aqueles que moravam em cortiços.

Um primeiro aspecto considerado fundamental na articulação da fala da imprensa de Belém sobre a própria cidade era a crença de que a capital representava uma espécie de moldura do desenvolvimento e progresso de todo o Estado; por isso, deveria refletir as principais ‘evoluções’

sociais e transformações culturais pelas quais a região estava passando. É precisamente a partir dessa compreensão acerca do significado da cidade, que o cenário urbano adquire um sentido de espetáculo permanente para os jornalistas, onde o conjunto arquitetônico, o traçado das ruas, a organização do espaço citadino e a ordenação dos comportamentos sociais dos munícipes revelam intenções políticas, projetos sociais e ambições que certos grupos de indivíduos nutriam a respeito da urbe.

Nas folhas jornalísticas a imprensa manifesta argumentos em favor da modernização e desenvolvimento da capital, assinalando que tais processos exigiam o rígido controle dos ambientes urbanos e das condutas dos munícipes. Tal controle deveria ser exercido pela Intendência Municipal, sob uma intensa vigilância dos articulistas, que se consideravam porta-vozes dos cidadãos belemitas, e portanto, capazes de captar as necessidades prementes da cidade.

Esse primeiro aspecto do discurso da imprensa pode ser observado em uma notícia veiculada no “Diário de Notícias”, no ano de 1894. No texto, bastante elucidativo, o jornalista reclama providências do poder público acerca de terrenos baldios que estavam se formando numa “concorrida” travessa do município. Segundo o articulista, a razão da existência desses “buracos” era o pouco caso da Intendência Municipal com as reformas urbanas, uma vez que, na ótica do autor da matéria, não bastava demolir casas para construir avenidas, sendo indispensável que as construções obedecessem um ritmo acelerado e que em pouco tempo as novas vias estivessem prontas e devidamente limpas de qualquer entulho. Senão vejamos:

“**TRAVESSA 15 DE AGOSTO** - Chamamos a atenção da Junta de Higiene e da Intendência Municipal para os terrenos das casas demolidas à Travessa 15 de Agosto. Desses terrenos exalam miasmas, provenientes dos despejos, e depósitos de lixo das casas próximas, que são aí feitos. Além disto servem também para neles se embuscarem os gatunos, quando desejam assaltar os transeuntes. Era mais conveniente, fazer essas desapropriações de uma só vez ou por quarteirões, fazendo-se logo as obras necessárias da projetada avenida. Da maneira que estão sendo feitas as demolições das casas, nenhum vantagem traz para o interesse da municipalidade; que vai deste modo nos proporcionando por muito tempo uma travessa cheia de buracos, feitos pelos claros das casas já demolidas, apresentando um péssimo aspecto pela devassa do interior das outras casas. Concorrida como é essa travessa, na qual passa a linha de bonde mais freqüentada da capital, não deve continuar nesse estado lastimoso, em que a vemos.”⁵

Embora o subscritante justifique sua queixa em razão desses terrenos facilitarem a propagação de doenças e servirem de esconderijo para “gatunos”; no final do texto o principal motivo que ensejou a reclamação transparece de modo límpido. Nesse sentido, o jornalista revela que não se podia conceber um quadro tão lastimoso de sujeira e desordem numa das mais transitadas vias da cidade, onde passava a principal linha de bonde da capital. Ou seja, o embelezamento da malha urbana não solucionava apenas problemas sanitários, como também, era útil da difusão da imagem de uma cidade desenvolvida, progressiva e bem administrada.

Em consonância com esse discurso, a imprensa de Belém também defendia a idéia de que para assegurar o desenvolvimento local era necessário moldar os hábitos dos cidadãos.

Portanto, só seria admissível que capital fosse ocupada por um contingente humano disciplinado, contido em seus hábitos privados e públicos, portador de uma cultura letrada e regrada, cujo referencial estava na civilização européia, no saber formal, na higiene, no gosto pela elegância e por valores cosmopolitas.

Nesse tocante, os moradores de cortiços surgem como um dos grupos mais rechaçados pelos jornais de Belém. Segundo a perspectiva desses homens letrados, essa gente que morava de forma aglomerada em cubículos, sem a menor condição de higiene, representava tudo o que não se queria para compor o cenário da cidade em modernização.

Em três notas publicadas em diferentes momentos nos periódicos “Diário de Notícias” e “O Pará”, colaboradores desses jornais se referem ao “problema” dos encortiçados como uma questão que clamava imediata solução por parte dos guardas municipais e da Intendência. Sob a ótica dos jornalistas, a falta de rigor na fiscalização desses espaços e das condutas de seus residentes, poderia levar a cidade ao caos decorrente do impacto que os hábitos de vida desses indivíduos causavam no cotidiano urbano.

Na leitura que os jornais faziam do viver em cortiços, os moradores desses ambientes e as suas respectivas formas de se comportar nos espaços públicos e privados, atentavam contra a moral e os bons costumes das famílias ordeiras de Belém, que muitas vezes, moravam ao lado dessas habitações.

“**CORTIÇOS** - Há na Travessa de São Matheus entre as ruas General Gurjão e Riachuelo, próximo a Casa do Sr. Maximiano R. da Silva um cortiço, para o qual chamamos a atuação da Polícia, para ver se assim cessam os abusos que se praticam pelos moradores e freqüentadores daquelas casas, que costumeiramente resultam a moral.”⁶

Para justificar a agressividade com que se referiam a essas pessoas, a imprensa chamava a atenção para os atos comuns de desobediência desses indivíduos às ordens municipais e os crimes que afirmavam ser cometidos por seus residentes, que sob esta ótica, dificultavam mais ainda a difusão de políticas de controle social e moral, tão necessários ao progresso.

“ A um dos **quartos do cortiço** Tangarafuso, o sr. Tenente Matos, sub prefeito da Sé, dirigiu-se ontem a tarde, acompanhado do Sr. João Florêncio H. de Pinho, afim de verificar a existência dos objetos furtados a este por Crispim Odorico de Oliveira, que se acha preso. De fato, ao entrarem no quarto foram encontrados a mesa de trabalho algumas jóias e sete relógios, sendo duas de mesa e cinco de algibeira, uns de prata e outros de níquel.”⁷

Outros bons exemplos da tônica desse discurso que pretendia legitimar o controle sobre o cotidiano cidadão e sobre as pessoas, podem ser identificados nas freqüentes notas jornalísticas que se referiam aos bailes e *soirées* promovidos pelas famílias mais abastadas da cidade, em detrimento aos chamados “sambas” e “forrós” que costumeiramente eram organizados em cortiços espalhados por Belém. Vejamos dois pequenos trechos que nos revelam a diferenciação no tratamento que imprensa dava ao relato das festas de ricos e pobres da cidade. Perceberemos claramente como através do uso de certos adjetivos, os jornalistas enfatizam a necessidade de

controle e disciplinarização dos costumes estritamente em relação aos iletrados, em especial, os encortiçados.

“O nosso amigo Capitão Silvestre Monteiro Falcão e sua esposa, dona Cândida Bacharias Xavier Falcão, batizaram Sábado último, na Catedral, sua interessante filhinha Ezilda. Foram padrinhos da pequerrucha, o hábil mecânico Avelino Bacharias Xavier e a Srta. Antônia de Andrade Freitas, digna irmã do sr. Dr. Joaquim de Andrade Freitas. **Uma animada *soirée*, que prolongou-se até às três e meia horas da madrugada, foi oferecida para inúmeras famílias e cavalheiros que se dignaram a comparecer à residência** dos queridos pais e avós da batizanda.”⁸ (grifos nossos)

Nesse primeiro relato o jornalista noticia um baile promovido após o batizado de uma criança oriunda de uma família socialmente respeitada na cidade. Ao se referir ao *soirée*, o faz de forma elogiosa, destacando o prolongamento dos festejos até altas horas da madrugada. Sequer cogita, a possibilidade dos vizinhos da residência em que ocorreu a festa terem se sentido incomodados pelo barulho das músicas, danças ou pelo burburinho de pessoas. Todo o evento é descrito com cuidado, utilizando adjetivos que ressaltam os valores morais dos participantes da reunião e deixando entender que o desfecho da noite foi tranqüilo e, portanto, inofensivo a ordem urbana.

Diversamente, ao relatar um festejo ocorrido em um quarto de cortiço, dentre os vários que existiam pela cidade, um colaborador de “O Pará” assim descreve o evento:

“Na rua Conselheiro Furtado deu-se Sábado à noite, **um barulho de todos os demônios, num cubículo onde havia *soirée dançante***... Resultou sair ferido com uma punhalada na barriga um indivíduo, que foi praça de polícia. O subdelegado do distrito acabou com o **forró** e mandou o ferido para a Santa Casa de Misericórdia.”⁹

Neste caso, o termo *soirée* é empregado com conotação pejorativa, não tendo nenhuma relação com os bailes e concertos promovidos pelas famílias letradas da cidade. Paralelamente, a festa é classificada como “um barulho de todos os demônios”, o que induz o leitor a cogitar a possibilidade da vizinhança estar insatisfeita com a realização do festejo. Inobstante, o uso da expressão “barulho” aliado ao termo “forró” visa desclassificar a qualidade do divertimento, e as sensibilidades musicais, estéticas e morais da pessoas que nele compareceram. Por todas essas razões, de acordo com o discurso do jornalista, essa *soirée dançante* terminou em tragédia, tendo um indivíduo saído ferido após uma briga.

Em verdade, esse conjunto de elementos destacados na narrativa (mau caráter dos frequentadores, mau gosto das músicas, desordem dos comportamentos) servia como justificativa para o jornalista denunciar as práticas de lazer populares, buscando apoio do poder público contra a realização das mesmas. Segundo a imprensa, a única função dessas festas era “perturbar o sossego e tranqüilidade públicas:¹⁰

“Pessoa de nossa consideração pede-nos que chamemos a atenção da polícia para um grupo de desocupados que levam até alta noite a perturbar a tranqüilidade pública, com algazarra e tocadas de violão, na rua dos Mundurucus entre Tupinambás e Apinagés, em um **cortiço** ali existente.”

Em síntese, o jornalista, que nessa ocasião procura assumir a posição de arauto da vontade popular, defende que administração municipal através de seu corpo de polícia, deveria reprimir não só a realização dessas festas, como também, deveria exercer maior vigilância e controle sobre as pessoas que costumavam freqüentar esse tipo de divertimento e de local -cortiços. Isto porque, a imprensa considerava que não se podia admitir tais espécies de comportamentos no seio de uma sociedade que se queria fazer respeitar no estrangeiro e perante outros estados do país.

“Fatos - Pedem-nos que chamemos a atenção dos sr. Dr. Chefe de segurança para uns cortiços à Estrada do Conselheiro Furtado, nºs 126 e 130, onde moram as desordeiras de nomes Maria Joana, Lima de tal, Rosa também de tal, que com palavras imorais insultam diariamente uma pobre velha de nome Ana, que mora junto desse cortiço, a ponto de a espancarem. Em nome da moral e das famílias ali moradoras, pedimos providências.”¹¹

BIBLIOGRAFIA:

- BARBOSA, M. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001. (Brasiliiana Novos Estudos; 5)
- SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle Époque: Belém do Pará (1870-1912)**. Belém: Pakatatu, 2001.

¹ Seus redatores-chefes eram os senadores Fulgêncio Simões e Ovídio Filho, membros da secretaria do Partido Republicano local. A impressão do jornal era feita na tipografia da “A Província do Pará”, jornal de propriedade do Senador Antonio José de Lemos, que ocupou o cargo de chefe do poder executivo municipal de 1897 a 1910, período em que se intensificaram as iniciativas públicas de remodelamento urbano e modernização dos costumes sociais. O Pará. Belém, 17 de dezembro de 1897. fls. 01, col. 01.

² Belém. Diário de Notícias. Nº01, 01 de janeiro de 1897, fls. 01.

³ Podemos constatar que faziam parte do corpo executivo do Jornal, os seguintes indivíduos, entre outros: Barão de Igarapé Mirym; Tenente Coronel Frederico Augusto da Gama Costa.

⁴ Belém. Diário de Notícias. Nº10, 16 de janeiro de 1894, fls. 01.

⁵ Belém. Diário de Notícias, nº19, 26 de janeiro de 1894, fls. 01.

⁶ Belém. Diário de Notícias, Nº16, 21 de janeiro de 1890, fls. 03.

⁷ Belém. Diário de Notícias, Nº208, 24 de setembro de 1891, fls. 02.

⁸ Belém. O Pará, Ano III, 27 de março de 1900, fls. 02.

⁹ Belém. A República, 05 de maio de 1891, fls. 01.

¹⁰ Belém. O Pará, 27 de março de 1898, fls.02.

¹¹ Belém. Diário de Notícias, nº217, 29 de setembro 09 de 1896, fls. 02.